



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 194ª reunião ordinária, realizada em 8 de junho de 2022

1 Em 8 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de
2 Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente
5 Marília Carvalho de Melo, representante da Semad. Representantes do poder público:
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado
8 de Educação (SEE); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
9 Carolina Rocha Vespúcio, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
10 (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese);
11 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
12 Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo
13 (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF);
14 Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Edílio Ramos
15 Veloso, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
16 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques
17 Trindade (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e
18 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
19 Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente
20 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).
21 Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e
22 Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Antônio Pitangui de Salvo / Ana Paula Bicalho
23 de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
24 Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
25 (Fiemg); Denise Bernardes Couto, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg;
26 Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
27 Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de
28 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário
29 de Minas Gerais (CMI); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de
30 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para
31 Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação

32 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Bruno Machado Kraemer, do Espeleogruppo
 33 Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);
 34 Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas
 35 Gerais (Cefet); Lavínia Rosa Rodrigues, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís
 36 Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto
 37 Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais
 38 (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-
 39 MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos
 40 (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
 41 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** Constatado o quórum regimental, a presidente
 42 Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 194ª reunião ordinária do Plenário do
 43 Copam, de 08 de junho de 2022. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu gostaria de
 44 dar as boas-vindas a dois conselheiros que estão aqui pela primeira vez, são novos
 45 conselheiros no Copam. Antônio Pitanguí de Salvo, da Federação da Agricultura e
 46 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), seja muito bem-vindo. Emerson Roberto
 47 Guimarães Lima, da Secretaria de Estado de Educação, também seja muito bem-vindo.
 48 Vamos iniciar hoje a nossa reunião com duas homenagens muito importantes, para
 49 duas pessoas que tiveram e têm contribuição muito efetiva para a gestão ambiental
 50 no Estado de Minas Gerais. O primeiro deles, professor Octávio Elísio Alves de Brito,
 51 que nós recentemente perdemos para outro plano, foi uma pessoa que não só
 52 contribuiu para a política ambiental no Estado de Minas Gerais, mas para a política de
 53 ciência e tecnologia, foi deputado constituinte, pessoa que tem uma história de
 54 dedicação à gestão pública e com muita contribuição para o que nós temos hoje em
 55 termos de política pública de ciência e tecnologia, de educação e de meio ambiente no
 56 Estado de Minas Gerais. Nós gostaríamos de chamar a filha dele que hoje representa
 57 aqui a família para receber a homenagem da Secretaria e deste Conselho. A placa tem
 58 a seguinte mensagem: ‘Ficam aqui registrados nossa saudade, carinho e admiração
 59 para um homem que sonhou e agiu pelo melhor de Minas Gerais, do Brasil e do mundo,
 60 seguindo seu ideal e alcançando as estrelas. Eu sei que se conseguir ser fiel ao meu
 61 sonho ideal estará minha alma em paz quando chegar a minha vida ao final. Sonho
 62 impossível, baseado na obra de Cervantes’. Eu queria fazer aqui uma referência. Os
 63 dizeres dessa placa foram propostos por um amigo, Alexandre Magrineli, hoje em
 64 exercício do IGAM, que acompanhou o professor Octávio Elísio durante um período no
 65 Hidroex. Então fiz questão que ele escrevesse o que faríamos nessa placa, pela relação
 66 também de carinho que ele tem com Octávio Elísio, assim como eu”. Cristiana Ferreira
 67 Alves de Brito: “Só agradecer em nome de toda a família. Realmente as palavras foram
 68 muito pertinentes, porque ele era um fã incondicional de Dom Quixote, tinha uma
 69 coleção de Dom Quixote. Então eu gostaria muito de agradecer esse reconhecimento
 70 por uma vida dedicada às causas ambientais. Então, muitíssimo obrigada”. Presidente

71 Marília Carvalho de Melo: “Nós que agradecemos. O próximo homenageado, Carlos
72 Alberto Santos Oliveira, atuou por mais de 20 anos como representante da Faemg nos
73 Plenários do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual de Política
74 Ambiental e demais unidades colegiadas. O Carlos Alberto, desde o início das minhas
75 atividades aqui como servidora de carreira também, a gente tem a honra de ter
76 aprendido muito com ele, de ter sempre visto a sua participação muito pertinente,
77 suas colocações e a sua construção para a política ambiental e de recursos hídricos no
78 Estado de Minas Gerais. Eu queria também fazer justiça, essa proposta foi construída
79 por mim, pela Ana Paula, da Faemg, de fazer essa homenagem, pela relevância do
80 trabalho que o Carlos Alberto prestou para a área ambiental e de recursos hídricos no
81 Estado de Minas Gerais. Então, Carlos Alberto, receba o nosso agradecimento. A placa
82 diz: ‘O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos agradece pelo trabalho
83 exercido como conselheiro do Conselho Estadual de Política Ambiental e do Conselho
84 Estadual de Recursos Hídricos. Seu compromisso e dedicação contribuíram de forma
85 efetiva para o desenvolvimento da política ambiental no Estado de Minas Gerais”.

86 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Boa tarde a todos. Eu fico muito feliz com esta
87 homenagem gentilmente prestada pelo Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais,
88 aqui na pessoa da Marília. Muito obrigado, boa sorte no trabalho na Secretaria.”.

89 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Carlos Alberto, obrigada pela boa sorte, mas
90 nós queremos que a sua contribuição não termine aqui. Então sempre as boas críticas,
91 as boas sugestões que podem vir de você, nós estamos sempre abertos para isso. A
92 sorte é uma parte, mas vamos aprendendo com os bons professores, como você é e
93 sempre foi aqui dentro do Sistema. Obrigada”. Exibição de vídeos institucionais.

94 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós vamos agora apresentar, rapidamente, dois
95 vídeos institucionais. O primeiro é o vídeo da Operação Especial Preventiva Integrada
96 de Fiscalização de Barragens. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos
97 Hídricos realizou, na última semana de abril, a terceira edição da Operação Especial
98 Preventiva Integrada de Fiscalização de Barragens. A ação conjunta do Estado
99 promoveu, entre os dias 25 e 29 de abril, vistorias preventivas em 20 estruturas de
100 contenção com alto potencial de dano ambiental e suas respectivas zonas de
101 autossalvamento nos municípios de Paracatu, Brumadinho, Nova Lima e Três Marias.
102 (**Exibido o vídeo*). O próximo vídeo institucional é do Programa Água Doce. É
103 importante contextualizar, primeiro o Marcelo, depois o Rodrigo, como esse programa
104 chegou até aqui. Quando eu estava ainda na gestão do Instituto Mineiro de Gestão das
105 Águas, o Programa Água Doce era um programa sob responsabilidade da Secretaria de
106 Cidades, um convênio com o governo federal sem execução, com R\$ 20 milhões em
107 caixa e pedindo devolução desse recurso. Nós fizemos, ainda quando eu estava no
108 IGAM, uma parceria com a Defesa Civil. Eu queria referenciar aqui o capitão Ocimar, o
109 Charles, que na época nós trouxemos o Charles, hoje superintendente da Supram

Central, para dar apoio técnico a esse programa. E começamos a executar o programa ainda no IGAM. Quando assumi a Secretaria, o programa tinha uma aderência grande com saneamento. Nós trouxemos o programa para a Secretaria, para a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento e hoje já estamos com obras prontas, a serem entregues. Ou seja, pegamos um convênio que estava parado desde 2012, recurso em conta, recurso a ser devolvido e hoje começamos a entregar para a sociedade, especialmente para aquela região que tanto carece de abastecimento público, que é o Norte de Minas, os sistemas de tratamento de água no Semiárido de Minas Gerais. 'Neste mês de maio começaram as obras para implementação do sistema de dessalinização de água no Semiárido de Minas Gerais, tornando apta ao consumo humano. Cerca de 140 famílias das comunidades de Ingazeira e Vila do Cristino, no município de Mato Verde, Norte de Minas, irão receber as intervenções, que fazem parte do Programa Água Doce. O sistema de dessalinização do PAD é uma das melhores tecnologias de remoção de sal de água do mundo, fornecendo água potável de qualidade para as comunidades atendidas pelo programa". (**Exibido o vídeo*). **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): "Primeiramente, Marília, é um prazer estar aqui novamente no Conselho maior do nosso Estado, local em que realmente temos que discutir algumas coisas, passar experiências e até mesmo falar um pouco dos planos futuros. Primeiro quero, antes de mais nada, parabenizar os homenageados de hoje, em especial, meu amigo e companheiro de longa data, o Carlos Alberto, que sempre respeitosamente, mesmo discordando de vários pontos, mesmo discutindo, no bom sentido, buscamos participar sempre, estar sempre juntos nas discussões. Isso é muito importante, ter a fraternidade entre os conselheiros e esse respeito que sempre tivemos. Então, Carlos Alberto, sintase abraçado por mim. Você é um grande merecedor disso aí. Segundo, eu quero comentar eu acho que um ponto muito polêmico, que todo mundo percebeu no nosso último mês de Conselho, últimos dois meses, que foi a aprovação do processo na serra do Curral. Eu sou conselheiro da CMI, participei da referida reunião, fui um dos que pediram vista do processo, discordei, votei contra. Mas, sem críticas ao Estado, eu quero neste momento trazer reflexão só dos comportamentos nos conselhos. Eu acho que nunca foi tão difícil ser conselheiro representando a sociedade civil, e ver numa reunião a manifestação imensa da sociedade contra o empreendimento. Foi a primeira vez, da minha carreira de conselheiro aqui, que eu vi essa participação desse jeito, e mesmo assim não termos o que fazer. Nós vimos manifestações que mexeram muito com a gente, mas mesmo assim o processo seguiu em frente, seguiu o rito normal. Mesmo com algumas dúvidas dentro do processo, o processo foi aprovado. Então, realmente, é um desabafo de um conselheiro que ficou extremamente decepcionado. E ainda, ao final da reunião, eu até dispus de minha cadeira, falei 'cara, não está fazendo sentido participar aqui'. Mas depois, repensamos,

149 e a Ana Beatriz, a Bia, da ProMutuca, que está aqui também, participou conosco, nós
150 nos reunimos várias vezes para decidir se íamos continuar ou não na CMI até o fim do
151 mandato. E decidimos continuar porque entendemos que a luta continua. E mesmo
152 que tenhamos derrotas pelo caminho, que atropelos aconteçam, nós temos muito a
153 construir. Eu acho que não jogamos tudo fora simplesmente porque perdemos a
154 votação, e a construção continua. Eu não vou falar que a luta continua porque isso aqui
155 não é um ringue. E é ainda nesse ponto que eu quero me direcionar muito
156 especificamente aqui ao Flávio Roscoe, da Fiemg, ao pessoal do Ibram, dos setores aí,
157 que isso aqui e as câmaras técnicas não são ringues. E aí eu peço, cordialmente, Flávio,
158 eu reconheço, tenho uma admiração enorme pelo seu currículo, tenho uma admiração
159 enorme pela Fiemg e peço, por gentileza, que eventualmente converse com seus
160 conselheiros para que tratem-nos com cordialidade, assim como nós tratamos. Em um
161 passado recente nós tínhamos uma sociedade civil que eventualmente agredia a
162 Fiemg, mas não é o que a gente faz. E não é possível que teremos que viver em um
163 ringue dentro de um conselho. Podemos discordar, eu sou uma mente pensante, assim
164 como o conselheiro de vocês é uma mente pensante. E vocês podem discordar do que
165 a gente fala, mas tratem com respeito. É um pedido que eu faço porque, mais uma vez,
166 o que a gente faz aqui dentro não é trocar porrada, isso aqui não é um ringue. A gente
167 tem que trabalhar para construir mesmo com as divergências. É um pedido, eu não
168 quero, de forma nenhuma, agredir você, Flávio, de forma nenhuma, é só um pedido
169 para a instituição, para conversar com seus conselheiros que muitas vezes ameaçam
170 colocar na justiça, ameaçam que falamos alguma coisa ou agredimos alguém. Então
171 está na hora de parar com isso, vamos pacificar o Conselho para não gerar mais
172 estresse, para não dificultar o nosso trabalho. Eu acho que isso aqui é um trabalho,
173 tem que ser levado com seriedade e não é um palanque, não é um lugar de trocar
174 porrada. E é só mesmo ter cuidado nessas condutas dos demais parceiros que também
175 têm cadeira nos conselhos, assim como eu me direciono à sociedade civil. Nós vimos
176 a sociedade civil manifestar contrário, mas vimos também uma parte muito triste, que
177 nós vimos a sociedade civil agredir os conselheiros. Eu acho que isso foi muito pesado.
178 Eu acho que para a gente seguir em frente, depois do que aconteceu, a gente precisa
179 de muita união e de estarmos alinhados pensando na sustentabilidade. Não é pensar
180 que o lado 'a' vai ganhar do lado 'b' ou fulano vai ganhar e outro vai perder, nós temos
181 que pensar na sustentabilidade, no meio ambiente, nas coisas que vamos fazer de
182 agora para frente, o que vamos deixar para a geração futura. E ao mesmo passo a
183 sociedade civil não pode esquecer que quem está no conselho é uma instituição, não
184 é um conselheiro. Se alguém discorda de algum posicionamento de alguma instituição,
185 manifeste para a instituição. Eu vi publicações mostrando o rosto dos conselheiros,
186 isso é muito triste. É válida a manifestação da sociedade? É válida. Mas aí passa do
187 ponto, eu acho que a gente traz um prejuízo maior do que uma conquista com esse

188 tipo de atitude. Mas são reflexões que eu trago neste momento, secretária, e mais
189 uma vez eu quero dizer que a sociedade civil participante nas câmaras, enquanto o
190 Tobias estiver aqui, com certeza, vocês podem contar com o diálogo aberto e
191 respeitoso. Eu acho que isso é prerrogativa mínima para qualquer discussão e assim
192 deve continuar, para que a gente lembre o que vamos deixar para as gerações futuras
193 e, sim, dar voz e vez para aqueles que não têm voz e vez, que são os animais e as
194 plantas”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Tobias. Eu vou
195 fazer breves colocações antes de passar, primeiro, a palavra ao conselheiro citado, e
196 depois eu vou seguir as inscrições. Conselho Tobias, eu acompanhei de perto – eu
197 estava aqui na rodoviária junto com a equipe – a votação que aconteceu no dia 24, se
198 não me engano, 24 ou 29/4. Então tem um mês e dez dias da votação. Sempre
199 importante fazermos uma retrospectiva, eu fico, inclusive, à disposição deste Conselho
200 para trazermos uma apresentação sobre o processo de licenciamento para o Copam.
201 A função nossa, enquanto órgão técnico de apoio a decisão deste Conselho, é de
202 analisar os aspectos técnicos, o rito administrativo e os requisitos jurídicos que se
203 relacionam ao processo de licenciamento ambiental. Isso foi feito, conselheiro Tobias,
204 com muito cuidado pela nossa equipe, com muito espero pela nossa equipe. E isso
205 hoje é comprovado porque passados um mês e dez dias da autorização que este
206 Conselho deu, porque quem autoriza a licença não é a Semad, é este Conselho, a partir
207 de um parecer técnico... E lembrando também que é um processo que começou a
208 tramitação em 2014 na Semad, foi readequado a partir de considerações da própria
209 equipe, foram 128 pedidos de informação complementar, até de fato a equipe se
210 sentir segura. Estudos que normalmente não são exigidos em processo de
211 licenciamento foram exigidos para também dar maior segurança à equipe, como por
212 exemplo o estudo de visada, que não é um estudo normalmente exigido no processo
213 de licenciamento. Então nós da Secretaria de Meio Ambiente, enquanto órgão técnico
214 de apoio a este Conselho, estamos à inteira disposição, Tobias, que, quando você
215 coloca que há dúvidas, eu gostaria que você explicitasse quais são essas dúvidas, do
216 ponto de vista técnico, para que possamos também responder objetivamente as
217 questões. Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar. Então, passados
218 um mês e dez dias da concessão da licença por este Conselho, 11 processos judiciais,
219 nenhuma liminar ainda concedida. Então isso mostra, mais uma vez, o cuidado, o zelo
220 e o esmero da equipe técnica do Sisema no trato dos seus pareceres técnicos. A
221 decisão do Copam é uma decisão legítima pela função que o Copam tem dada pela
222 legislação. Antes de passar para o conselheiro citado, eu quero mencionar, Tobias, que,
223 da mesma forma que você coloca, eu e toda a minha equipe aqui, é o meu cargo, eu
224 estou exposta a essas questões, porque faz parte das minhas funções, mas a minha
225 equipe não precisava passar por que passou. E uma coisa é se discutir tecnicamente o
226 tema, que foi isso que eles fizeram; outra coisa é receber no Instagram mensagens

227 como ‘quanto custou a licença?’, ‘quanto você ganhou?’, ‘eu sei onde seu filho estuda’,
228 coisas desse tipo que eu e a minha equipe recebemos durante um longo período na
229 semana subsequente à concessão dessa licença. Então de fato nós vivemos numa
230 sociedade muito raivosa, em que as discussões não são discussões racionais. E da
231 mesma forma que você coloca, o governo do Estado de Minas Gerais colocou a
232 Advocacia Geral do Estado à disposição da nossa equipe para também fazer valer os
233 direitos da nossa equipe, que também tem direitos. Então, na mesma forma da sua
234 manifestação, eu queria deixar aqui registrado neste Conselho, como presidente deste
235 Conselho, mas mais como responsável pela gestão técnica que a Semad hoje é
236 conduzida e sempre foi, com seu papel de análise técnica e de muito esmero da equipe
237 que eu tenho muito orgulho de hoje estar na frente na Secretaria. Então, Tobias, eu e
238 toda a equipe da Semad, da Suppri, o Ribas, todos que assinaram o parecer, estamos
239 à disposição para que você possa apresentar objetivamente os pontos de dúvida que
240 você trouxe para que possamos esclarecer, inclusive, publicamente. Eu vou te dar a
241 palavra, conselheiro Tobias, porque eu te citei, mas primeiro vou dar a palavra ao
242 conselheiro Flávio, que você citou”. Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira (Fiemg): “Boa
243 tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui novamente neste importante Colegiado
244 que é muito relevante para o desenvolvimento do meio ambiente em Minas Gerais.
245 Conselheiro Tobias, eu fiquei feliz com a parte final da sua fala, porque demonstrou
246 empatia com seus outros conselheiros, colegas. E eu acho que deveria haver uma
247 manifestação de todos os conselheiros, mesmos os que votaram contrário, contra as
248 ações que foram feitas naquele dia, naquele conselho, porque as opiniões e os votos
249 técnicos não podem ser prejudgados pela sociedade, que muitas vezes não tem
250 nenhum embasamento técnico para fazê-lo, nem as pessoas nem os conselheiros
251 podem ser perseguidos nas suas pessoas físicas. Nós temos conselheiros aqui
252 ameaçados fisicamente, recebendo inúmeras ameaças pela internet, pelas suas mídias
253 sociais. Isso é inconcebível na democracia. E eu acho que o Conselho como um todo, a
254 CMI, deveria se manifestar, todos sem exceção, os 12, deveriam se manifestar
255 contrários a esse tipo de colocação, contrários à colocação de que foram vendidos,
256 porque não foram, todos sabem disso. Quem tem competência técnica, capacidade
257 técnica, sabe que foi uma decisão técnica. Você pode discordar tecnicamente, mas não
258 tem nada no projeto, do ponto de vista técnico, que o torna inviável. E as
259 manifestações perseguindo conselheiros, manchando a reputação de conselheiros
260 deveriam ser repudiadas por todos os conselheiros, independente do seu
261 posicionamento no processo, porque amanhã pode ser o seu posicionamento
262 questionado ou pode ser de outro colega, e nós não podemos incentivar esse tipo de
263 postura por parte da sociedade civil. Lembrando, apenas para falar que a sociedade se
264 manifestou, quando você colocou aqui que a sociedade foi lá e se manifestou, é uma
265 parcela da sociedade, induzida, foi lá com um objetivo predeterminado, e, em última

266 instância, se for analisar, o lixamento é uma atitude da sociedade que, em
267 determinado momento, resolveu em algum momento fazer justiça com as próprias
268 mãos. Nem por isso é aceitável no Estado de Direito. Então a manifestação no órgão,
269 é um órgão competente, é um órgão técnico, é um órgão que deve ser defendido para
270 que tenhamos o desenvolvimento do meio ambiente. As colocações de muitas das
271 pessoas que foram lá é que são ameaças, ameaças aos conselheiros, inclusive feitas
272 durante a própria audiência. E eu tenho certeza que alguns de vocês presenciaram
273 essas ameaças. Não vou dizer que todas, porque demorou 20 horas – em algum
274 momento alguém sai da sala ou vai ao banheiro. Mas eu digo que esse comportamento
275 é inaceitável e todos os conselheiros deveriam repudiar esse comportamento. Uma
276 declaração eu acho que é uma boa iniciativa, de fazer uma declaração conjunta
277 defendendo o Conselho, porque o Conselho não precisa ter uma posição uníssona nas
278 suas decisões, mas tem que ter na defesa do Conselho em si. Isso é algo que eu acho
279 que não se pode abrir mão de que cada conselheiro possa expressar a sua opinião de
280 maneira livre e também de acordo com a sua consciência. Dito isso, a Fiemg tem um
281 código de conduta que todos nós funcionários temos que seguir, não são os membros
282 do Conselho, são os 7.200 funcionários. Então, no caso, Tobias, você falou que os
283 conselheiros da Fiemg fazem um ringue nas reuniões de conselho, então, se você tiver
284 – e geralmente as reuniões de conselho são gravadas – algum comportamento
285 inadequado, você pode remeter diretamente aqui para o gabinete da presidência, que
286 as atitudes serão tomadas. Aqui é uma instituição séria. Mas o conselheiro se defender
287 e dizer aqui ‘olha, não fale isso’, se você está me acusando cometendo crime etc., que
288 eu vou recorrer à Justiça, isso não é ameaça, isso é o Estado de Direito. Eu mesmo
289 defendo isso. Nós estamos no Estado Democrático, todo mundo pode falar o que
290 quiser, mas responda pelo que falou. Tem que ser da verdade, tem que estar
291 adequado. Isso não tem dúvida, você pode chegar aqui e falar o que você quiser, desde
292 que você possa provar o que você está falando. Se você ferir a minha honra em
293 determinado momento, eu tenho direito, sim, de recorrer à Justiça, e os meus
294 conselheiros também terão esse direito. Eu entendo assim. Nós vamos dar suporte
295 jurídico para isso. Agora, dentro de um debate normal, dentro de uma coisa técnica,
296 obviamente, isso nunca será feito nem sequer cogitado. Então, se tiver algo de
297 concreto que você possa apresentar, lembrando que as reuniões são gravadas, você
298 pode encaminhar aqui que nós vamos estudar e, dependendo, vamos tomar as
299 medidas necessárias. Os nossos profissionais são profissionais treinados, são técnicos,
300 com formação adequada, e até hoje eu nunca tive nenhuma queixa concreta, com
301 provas, com relação a ameaça ou ataques motivados a outras pessoas. Se você tiver,
302 basta me encaminhar aqui, e vamos fazer a nossa análise, e eu te dou feedback. E
303 gostaria que todas as instituições que participassem tivessem esse comportamento
304 também. Eu acho que é desejável, porque muitas vezes o ringue – minha mãe já dizia

305 que quando um não quer dois não brigam – não é só de uma parte. Eu mesmo fui a
306 uma audiência na Assembleia e fui atacado inúmeras vezes. Não retruquei ataque
307 baixo de ninguém, simplesmente cumpri lá o meu papel, defendi o meu ponto de vista,
308 respeitando a todos e todas que estavam presentes. E essa atitude nós sempre
309 contamos com ela por parte dos nossos conselheiros. E aí quero dizer que eu acho que
310 é uma hora oportuna que os conselheiros do Copam, todos que votaram contrários ou
311 favoráveis, façam uma nota em defesa do órgão e da instituição e também da
312 integridade física e moral dos conselheiros. Eu acho que isso seria uma atitude louvável
313 por parte dos que foram votos vencidos, mas entendem que foi uma decisão
314 democrática e republicana. E lembrando que muitas vezes a sociedade é movida por
315 opiniões, pela mídia e não necessariamente pela verdade. Muitas vezes atos falsos,
316 palavras falsas são jogadas e fazem com que a sociedade se mova em uma direção que
317 não é adequada. Tendo dito isso, podem contar com apoio da Fiemg para que as nossas
318 discussões sejam sempre de alto nível e respeitando os conselheiros mutuamente. Um
319 grande abraço a todos”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Marília,
320 somente para responder a sua colocação, talvez eu usei a palavra mal colocada, mas
321 foram questões, dúvidas levantadas durante a reunião e devidamente respondidas.
322 Isso não quer dizer que são questões abertas ou dúvidas quanto ao processo.
323 Simplesmente são questões que apareceram dentro do processo, dúvidas e
324 questionamentos. Até tenho uma proximidade muito grande, uma admiração muito
325 grande pelo Rodrigo Ribas, que conversamos no momento da reunião, e foi tudo
326 respondido. Eventualmente, se tivermos mais algum questionamento, obviamente,
327 vamos levar de forma muito concreta ao Rodrigo, o que sempre fizemos e sempre
328 vamos fazer”. Conselheira Flávia Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Boa tarde,
329 presidente, secretária Marília Melo, e demais conselheiros. Eu queria inicialmente
330 parabenizar pela homenagem de hoje. Doutor Octávio Elísio, com quem eu tive a
331 oportunidade de conviver mais recentemente nessa última etapa da vida dele, mais
332 proximamente, como também o Carlos Alberto, que já acompanhei no Conselho, duas
333 pessoas que representam muitos os interesses que precisam ser defendidos e o
334 comportamento que devemos adotar quando estamos lidando com a coisa pública.
335 Mas eu queria me manifestar mesmo é com relação a esse mesmo processo. Primeiro
336 a minha solidariedade ao Tobias, ao posicionamento dele, que nós acompanhamos, e
337 a minha solidariedade também a todos os técnicos da Secretaria que atuaram nesse
338 processo, que eu acho que a defesa foi profissional, correta. Não podemos criticar. E
339 eu também abomino essas reações que aconteceram tanto por parte da sociedade civil
340 quanto de outros, esses ataques que propiciam um linchamento público. Eu acho que
341 realmente não é esse o comportamento, sair pregando fotos nos lugares. Imagina os
342 filhos dessas pessoas como é que estão se sentindo, como é que vão justificar para
343 seus colegas que o pai não fez nada errado e a mãe não foi nada errado e votou num

344 processo de licenciamento. E eu também como funcionária pública, a gente responde
345 pelas atitudes, não só no momento, mas para a vida toda, mas nós temos
346 procedimentos próprios, a nossa sociedade tem procedimentos próprios para
347 investigar as condutas inadequadas. Tanto o nosso código de ética e nossa legislação
348 também preveem isso. Mas eu entendo que nesse processo de licenciamento tem pelo
349 menos uma questão que passou de uma forma muito superficial, e é uma questão
350 exatamente a principal, que tem mobilizado tanto as manifestações, sejam reuniões
351 públicas, sejam audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, na
352 Câmara Municipal de Belo Horizonte, e tantas outras manifestações, que é o objeto
353 que está sendo mexido, que é um objeto referencial do ponto de vista da cultura e da
354 paisagem não só de Belo Horizonte, mas da região metropolitana. Estou falando assim,
355 mexer na serra do Curral. E aí não basta só reservar uma moldura, não basta só pensar
356 nas visadas da serra do Curral de quem está em Belo Horizonte. Esse objeto que tem
357 que ser preservado é um conjunto, é uma serra, que é de minério de ferro e tem uma
358 Mata Atlântica importante, embora essa Mata Atlântica esteja na vertente de Nova
359 Lima. Então tem essa questão de mexer num objeto significativo, referencial para a
360 população da região metropolitana, que eu acho que o processo de licenciamento não
361 abordou de uma forma adequada e remeteu isso para o Iepha e para o Iphan, que nas
362 suas esferas estão adiando o processo de tombamento. E teve isso, essa reação,
363 infelizmente, às vezes exagerada, mas é uma reação legítima das pessoas que têm uma
364 forte identidade com o que significa a serra do Curral no processo de formação da
365 cidade e no nosso cotidiano. Em decorrência disso, tem várias ações judiciais que
366 foram impetradas e também vários recursos administrativos. Um desses recursos, que
367 eu até queria saber informações, que foi impetrado pela deputada estadual Beatriz
368 Cerqueira e pelo deputado federal Rogério Correia, no dia 18 de maio. Lógico, é um
369 recurso administrativo contra a concessão da licença, que deverá ser analisado pela
370 CNR. Ainda não está pautado. E o Rogério Correia – e eu também – questionou se isso
371 não merecia ser analisado por um plenário mais representativo da sociedade civil.
372 Embora o Regimento do Copam não preveja isso, eu pergunto se não caberia
373 avocarmos esse tipo de decisão para o Plenário do Copam. O que o Regimento prevê
374 é que cabe apenas avocar a decisão quanto a atos normativos que estejam em
375 tramitação na CNR, mas eu acho que até já conversamos na reunião passada, lembro
376 que era a conselheira Maria Teresa reclamando da falta de poder decisório do Plenário
377 do Copam atualmente, que assistimos à apresentação das políticas, damos algum
378 palpite, mas não temos um poder decisório no Plenário, que hoje é tão representativo.
379 Então eu queria deixar essa indagação com relação a essas competências que são
380 dadas hoje ao Plenário do Copam, mas eu gostaria, se possível, de ter algum retorno
381 com relação à tramitação desse recurso administrativo e de outros que foram
382 apresentados, mas em especial desse primeiro, que eu tenho notícia, que foi

383 anunciado na audiência pública da Câmara Federal, qual é a situação e quando ele será
384 apreciado. Então, muito obrigado, e mais uma vez manifesto aqui minha solidariedade
385 a toda a equipe da Semad que participou desse processo de licenciamento, meu
386 respeito a todos os conselheiros que votaram a favor ou contra, cada um com seus
387 motivos. E se, de alguma forma, pudermos fazer alguma moção com relação à defesa
388 do papel do conselheiro, eu me coloco a favor”. Presidente Marília Carvalho de Melo:
389 “Obrigada, conselheira Flávia. Eu vou trazer aqui alguns esclarecimentos. Primeiro,
390 antes de falar sobre a competência do Copam, que você menciona que o processo de
391 licenciamento não abordou adequadamente a questão da proteção da serra enquanto
392 seu papel cultural para o município, esse é um ponto que é até importante. Nós
393 estamos no Copam, num Conselho que tem uma função de discutir e propor políticas
394 ambientais. Então, Flávia, eu não acho que este Conselho é esvaziado, talvez o que eu
395 acho é que falta proposição de pautas neste Conselho vindas do Conselho. Eu já fiz
396 essa crítica ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em que eu participava muito
397 diretamente, que eu falava para eles que tinha a inversão de lógica: quem pautava a
398 política era a Secretaria Executiva. Então nós trazemos temas aqui o tempo inteiro para
399 vocês discutirem. E aqui no Copam, que agora estou mais no dia a dia, a mesma coisa.
400 Eu nunca recebi de um conselheiro uma proposta ‘olha, nós precisamos discutir uma
401 regulamentação x, y, z. Podemos trazer uma proposta, podemos criar um grupo de
402 trabalho?’ Isso, pelo menos durante o período que estou aqui na Secretaria, nunca
403 chegou. Então eu acho que é até uma provocação importante para este Conselho
404 enquanto proponente de política pública de meio ambiente no Estado. Sobre abordar
405 temas no licenciamento que não são temas de licenciamento, que são temas de outros
406 instrumentos, essa confusão, antes mesmo do processo da Tamisa, nós discutimos
407 muito aqui dentro, inclusive com a Mila, que é doutora no tema de patrimônio, porque
408 a gente acaba que confunde um pouco os instrumentos. O tombamento, por exemplo,
409 não é um instrumento de política ambiental, não é um instrumento a ser utilizado para
410 proteção ambiental. É um instrumento de política de patrimônio, e o meio ambiente
411 tem os seus próprios instrumentos de proteção, as unidades de conservação de
412 proteção integral e de uso sustentável. Nós temos uma crítica, inclusive, conceitual,
413 sobre licenciamento, que o licenciamento virou o que virou porque buscou resolver
414 problemas que estão para além da esfera do licenciamento ambiental, para além da
415 competência legal do licenciamento ambiental. Então nós fomos inchando tanto o
416 licenciamento. Por falta de política pública de uso e ocupação do solo adequada, por
417 falta de política de patrimônio adequada, puxou-se para o licenciamento ambiental a
418 solução de todas essas questões. E nós enquanto administradores – você também é
419 servidora de carreira, como eu –, e nós aprendemos isso também como engenheiras
420 que somos, tivemos que estudar um pouco sobre direito administrativo, direito
421 público, eu não posso criar regras em um instrumento como o licenciamento

422 ambiental. O que eu posso é observar as regras vigentes. A lei proíbe a instalação da
423 atividade de mineração naquele local? Não. Eu concordo com você, tem até
424 manifestação pública do governador sobre isso, o que foi tombado é o que foi
425 observado no processo de licenciamento. Se tivesse um tombamento diferente do que
426 tem hoje, que preserva a visada etc., isso também seria observado. Não foi porque nós
427 temos que nos restringir ao que a lei determina. Se não proíbe, o que nós temos que
428 fazer é trazer as exigências para cumprir os padrões ambientais vigentes. Então eu
429 acho que é importante colocar esse ponto, a discussão com o secretário Leônidas, com
430 a minha xará agora que assumiu o Iepha, que até de longa data nós conhecemos, uma
431 atuação no sistema Crea em Minas. Então lá está a discussão do que vai continuar no
432 processo de tombamento. Então essa é a primeira coisa. Sobre competência do
433 Copam, nós temos uma lei de 2016, a Lei 21.972, que no seu Artigo 14 vai falar sobre
434 as competências. Então ela é a nossa primeira base, depois veio o decreto que
435 regulamentou, e tem o Regimento do Copam. Hoje a competência é da câmara onde
436 foi votada. E existe essa instância recursal que é a CNR. Hoje, Flávia, nós temos 51
437 recursos apresentados. Então nós não vamos ter condição agora de te responder
438 especificamente sobre um e sobre outro, porque a nossa equipe técnica, a nossa
439 equipe jurídica está analisando esses 51 recursos que foram apresentados em relação
440 a essa licença. Então a Secretaria Executiva, a Valéria está aqui do lado, a equipe dela
441 e as equipes técnicas que participaram do processo estão analisando. E tão logo
442 tenhamos essa análise concluída, obviamente, esse assunto retornará à CNR. Sobre a
443 sua consulta sobre avocação ou não, volto a dizer: as normas vigentes hoje são essas,
444 a CNR, como instância recursal, e a câmara da atividade própria que aprova o
445 licenciamento. Obviamente, pode-se fazer uma discussão, mas não retroagindo a uma
446 definição legal que aqui está posta hoje. Mas nós ficamos à disposição. Inclusive, se
447 você quiser fazer uma consulta formal, também podemos fazer uma consulta à
448 Advocacia Geral do Estado, trazer subsídios ou uma análise mais ampla sobre essa
449 questão que você coloca de possibilidade ou não de avocação. São esses
450 esclarecimentos que eu queria dar neste momento”. Conselheira Maria Dalce Ricas
451 (Amda): “Primeiro, eu queria fazer coro às palavras do Tobias no que se refere tanto
452 às questões que aconteceram durante a reunião de concessão da licença à Tamisa
453 quanto às ameaças – nós já sabíamos, já tinha saído na imprensa – que foram
454 encaminhadas anonimamente aos técnicos, à pessoa da própria Marília. Nós também
455 concordamos 1.000% que isso é indigno realmente no regime democrático. Como
456 disse, acho que foi Voltaire, ‘eu não concordo com uma palavra do que você diz, mas
457 eu daria minha própria vida para que você tenha direito de dizê-lo’. Então realmente
458 isso é inadmissível, mesmo que discorde, é inadmissível. Isso me lembra até,
459 tristemente, quando as pessoas ainda no Brasil falam que o regime militar tinha que
460 voltar, fazem coro com o atual presidente da República. Eu que vivi a época da ditadura

461 fico pensando, as pessoas que falam isso talvez não saibam o que é ter medo de falar
462 e ser preso por causa disso. Então realmente é lamentável. Eu faço coro ao Tobias e a
463 todos aqueles que protestaram contra ameaças vindas de qualquer lado. E queria só
464 lembrar uma coisa também, sabe, gente. Quando a Heineken resolveu não se instalar
465 em Pedro Leopoldo não foi por causa de embargo do ICMBio nem foi por causa
466 provavelmente dos questionamentos da sociedade. Claro que isso pesou. Mas foi uma
467 decisão da empresa de se retirar do município provavelmente por questões de
468 marketing, uma empresa que depende muito do consumidor final, estar muito perto
469 e tudo. E, no entanto, a Fiemg entrou com uma ação judicial pedindo indenização ao
470 ICMBio porque o ICMBio embargou a obra. A empresa tinha licença do Copam e uma
471 liminar cassando a ação do ICMBio. Então ela saiu por livre e espontânea vontade, e
472 agora a Fiemg quer que o ICMBio indenize o município. Eu discordo disso e não acho
473 que isso seja realmente uma coisa certa. Dito isso, Marília, eu não duvido do
474 entendimento dos técnicos, da equipe técnica, de que todos os ritos, como você disse,
475 técnicos jurídicos foram cumpridos. Sem qualquer dúvida. Mas há muito tempo se
476 parou de falar de uma coisa muito interessante que é a licença social para
477 empreendimentos e que é uma coisa que, a meu ver, tem a ver diretamente com
478 políticas ambientais e até outros tipos de políticas. Então, mesmo que todos os ritos
479 técnicos tenham sido obedecidos, e jurídicos, e a licença social? Nós vimos que a
480 licença social não foi buscada e agora tivemos uma baita reação da sociedade em
481 relação ao assunto. Eu confesso a vocês que nós não temos conhecimentos suficientes
482 de todo o parecer, todo o rito do processo, mas uma coisa nós temos certeza, a
483 instalação da Tamisa naquele local vai, digamos assim, impedir ou dificultar de forma
484 extrema uma possível conectividade entre o Parque Estadual da Baleia e outros
485 ambientes naturais com a destruição daqueles 44 hectares de Mata Atlântica. A
486 princípio, eu acho que isso é motivo para que o parecer técnico do Estado fosse
487 contrário à instalação do empreendimento. Nós não temos nada, nada contra a
488 mineração. Pelo contrário, a mineração está na base praticamente de todas as
489 atividades humanas. Realmente, principalmente o minério de ferro é um bem
490 realmente necessário a todas as atividades humanas, está presente em tudo que nós
491 fazemos, compramos, utilizamos etc. Mas há locais em que os valores culturais, sociais,
492 históricos, na nossa opinião, são maiores que os valores econômicos. Em nosso
493 entendimento, a Tamisa adequa-se a esse parâmetro. Eu acho que a Flávia expressou
494 muito bem que o licenciamento poderia ter considerado mais esses aspectos históricos
495 e culturais. Eu acho, Marília, que o governo do Estado – independente de as ações
496 judiciais impetradas, digamos, serem aceitas pela Justiça, e a licença, suspensa –
497 deveria procurar um caminho necessariamente para atender o clamor social, mesmo
498 exagerado, como disse a Flávia, em relação à concessão da licença. Realmente eu acho
499 que foi um erro político, que no mínimo deveria ter sido amenizado com uma baita

500 discussão da sociedade, que, desde que a Tamisa começou a pleitear a licença, as
501 questões têm sido levantadas. Então eu realmente lamento e faço coro com aqueles
502 que são contra a licença concedida. Não duvido, como eu disse, do parecer técnico.
503 Tecnicamente, em termos de engenharia, nós sabemos que muita coisa pode ser
504 resolvida, o minério pode ser tirado de forma correta, não vai ter nenhuma ameaça às
505 adutoras etecetera e tal, mas essas são as questões que foram colocadas. E só
506 terminando esse assunto, Marília, eu queria lembrar uma coisa que você falou
507 também. Eu concordo com você que o licenciamento ambiental não resolve tudo.
508 Claro que não resolve tudo. Mas aí nós chegamos ao ponto central dessa questão da
509 Tamisa. A serra do Curral é um patrimônio não é só de Belo Horizonte, ela é do Estado,
510 é intermunicipal, ela pega diversos municípios e é um patrimônio forte, muito forte
511 mesmo, que deveria já ter merecido uma política do Estado mais forte de proteção.
512 Ela agora tem mais uma autorização de mineração, está sendo invadida, invasões
513 urbanas, até desova de cadáveres, lixo, muita coisa. Não há uma política de proteção
514 da serra do Curral. Eu concordo com você, ali deveria ter uma política de ordenamento
515 de uso do solo compatível com a proteção da serra. Aí eu acho que esse é mais um
516 erro do governo do Estado ao ter emitido parecer favorável à licença desconsiderando,
517 na minha opinião, a sua função acima dos municípios de realmente proteger
518 patrimônios como esse. Então eu acho que esse argumento deveria ter sido utilizado
519 ao contrário, não para justificar a licença, mas para talvez impedir a concessão da
520 licença. Agora o segundo assunto que eu queria colocar, gente, não sei se pelo menos
521 não é do conhecimento de todos vocês, talvez nem da Marília, porque ela é secretária
522 e não tem tempo de conhecer tudo que acontece. Mas foi levado à Câmara de
523 Proteção à Biodiversidade o assunto de destinação de compensações minerárias, em
524 torno de R\$ 80 milhões, pelas minas do Pico, da Vale, e de Córrego do Feijão, em
525 Brumadinho. E apesar de o assunto ter sido levado à discussão falou-se na Câmara que
526 quem toma a decisão final sobre a destinação desses recursos é o IEF. Nós discordamos
527 disso, sabe, Marília, colegas conselheiros, nós achamos que a sociedade deve definir e
528 esse é papel de Copam. E além disso o seguinte, eu acho que não há uma transparência
529 devida de como o IEF pensa em destinar esses recursos. Na nossa opinião, sem querer
530 engessar, que possa talvez uma parte do recurso ser aplicada mais longe, mas a
531 prioridade deveria ser realmente o Vetor Sul de Belo Horizonte, onde essas minas
532 estão instaladas, nas áreas de influência delas, onde nós temos diversas unidades de
533 conservação, a maior parte delas Estadual, como Fechos, como Rola-Moça, que todo
534 mundo conhece; como o Monumento Natural da Serra da Moeda, até o Parque de
535 Ouro Branco, e que precisam urgentemente – voltando à questão do uso do solo,
536 voltando à questão do planejamento de proteção ambiental – ser objeto realmente de
537 o Estado fazer um projeto de conectividade com esses ambientes, entre essas
538 unidades de conservação. Porque nós entendemos que a prioridade desses recursos

539 deveria ser aqui no Vetor Sul de Belo Horizonte. Por isso, Marília, eu solicito que esse
540 assunto seja discutido e seja deliberado pela própria câmara, dando prioridade, sem
541 engessamento, que realmente esses recursos sejam aplicados aqui no Vetor Sul de
542 Belo Horizonte, nas áreas de influência dos dois empreendimentos minerários. Muito
543 obrigada”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Em relação à licença da Tamisa, eu
544 queria reforçar mais uma vez o nosso entendimento de termos muito clara a função
545 de cada um dos entes nesse processo. Nós enquanto órgão técnico de apoio à decisão
546 do Conselho de Política Ambiental – e essa é a função do Executivo –, nós temos que
547 analisar a licença do ponto de vista dos padrões ambientais colocados, dos impactos,
548 da mitigação, das compensações, da viabilidade ou não do empreendimento, olhando
549 o arcabouço jurídico e as questões técnicas postas. Isso, como eu já mencionei, a nossa
550 equipe fez com muito cuidado, com muito zelo. Era um projeto que abrangia,
551 inicialmente, três municípios; foi reduzido a um município. Então todo esse processo
552 de adequação foi feito ao longo desses anos. Desde 2014 que tramita esse processo. E
553 aí, Dalce, eu acho que é bom colocar o papel deste Conselho. Quando você fala em
554 licença social, sobre representatividade ou não, ontem eu estava na Assembleia
555 Legislativa e falava sobre isso. No ano, inclusive, de 2020, nós aumentamos uma
556 cadeira da sociedade civil na CMI. Então foi substituído um representante do setor
557 produtivo por um representante de uma ONG. É uma discussão que pode ser posta, a
558 gente tem a lei, os decretos, a regulamentação, mas hoje a participação do Estado, por
559 exemplo, são quatro votos em relação a oito ou sete. Só conferir esse dado. Estado,
560 oito. Então são quatro em relação a oito. E a reunião, como a mídia colocou, que a
561 aprovação foi na calada da noite, começou às 9h da manhã. Num processo
562 democrático, nós demos todas as inscrições que foram feitas as falas, foram 870
563 inscrições, trezentas e poucas pessoas, que tiveram oportunidade de manifestar
564 naquele processo. E ao final o Conselho tomou uma decisão. O Conselho poderia ter
565 votado diferente do parecer técnico caso fosse o entendimento do Conselho. Então eu
566 acho que é bom também esclarecer essas questões porque a Secretaria, como órgão
567 técnico, com as equipes técnicas, tem uma função. O que está no parecer não é a
568 vontade do analista, é o que a lei permite que o analista faça. E aí volto a dizer a
569 importância deste Conselho de discussão de política ambiental. Qual é a política
570 ambiental que este Conselho, com a representação que tem, quer para o Estado de
571 Minas Gerais. Então precisamos realmente voltar um pouco nessa discussão do papel
572 deste Conselho. Sobre o outro ponto, Dalce, eu vou passar à Maria Amélia para que
573 ela possa esclarecer a questão que você colocou.” Maria Amélia de Coni e Moura
574 Mattos Lins, diretora-geral do IEF: “Boa tarde a todos. Dalce, com relação à questão da
575 aplicação dos recursos originários da compensação minerária que você faz referência,
576 na verdade, pautamos em cima de planejamento e prioridades estabelecidas para o
577 cumprimento das normativas e prioridades da política ambiental. Então tudo que nós

578 planejamos com utilização dos recursos é em cima de projetos pré-planejados, e nós
579 submetemos esses projetos para apreciação da câmara técnica, na CPB. Isso não quer
580 dizer que não podemos receber contribuições e avaliações em cima da aplicação desse
581 recurso. Então não é simplesmente o IEF tem um recurso e quer aplicar numa
582 determinada unidade, num determinado projeto. Com relação a esses valores que
583 foram pautados na última CPB, eles também se referem a atividades do Previncêndio,
584 que sabemos quanto sofremos anualmente com relação a essas questões dos
585 incêndios. Então o volume que foi dado na última CPB também foi em função disso.
586 Mas estamos abertos a receber contribuições da sociedade, reavaliar, mas toda
587 aplicação de recursos passa em cima de prioridade e planejamento”. Presidente
588 Marília Carvalho de Melo: “Só para complementar, Dalce, na verdade, é apresentado
589 a partir de uma proposta técnica do IEF de avaliação das principais demandas
590 administrativas do órgão, mas é apresentado à câmara exatamente para a câmara
591 deliberar. Então acho que a câmara é uma instância importante que pode trazer
592 propostas diferentes da que o IEF apresenta para investimento desses recursos. Então
593 fica à disposição”. Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier (AMM): “Boa tarde,
594 Marília, boa tarde, conselheiros. Marília, de público, eu quero agradecer a sua
595 presença no nosso 37º Congresso Mineiro de Municípios, especialmente na Sala de
596 Meio Ambiente, onde mostrando hoje a pujança, a seriedade e a transparência que
597 parte da sua pessoa à frente da Secretaria de Meio Ambiente, nós temos na nossa Sala
598 de Meio Ambiente em torno de 1.200 pessoas ao longo de seis palestras apresentadas.
599 E peço à senhora que seja portadora dos nossos agradecimentos ao Diogo Franco, ao
600 Rodrigo Franco e à Juliana, que participaram de maneira muito positiva, muito clara,
601 nas suas apresentações. E fica aqui a casa à disposição da senhora quando for
602 necessária a sua presença perante a casa, a AMM, e perante os prefeitos municipais.
603 Um abraço, muito obrigado pela presença e participação no congresso”. Presidente
604 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Licínio, parabéns pelo congresso, foi muito
605 importante o nosso diálogo com os secretários de Meio Ambiente municipais naquele
606 primeiro dia. Tivemos também discussões sobre mudanças climáticas com o Iclei.
607 Então eu queria parabenizar a sua condução na área ambiental na AMM. O Rodrigo
608 está aqui do meu lado, ele recebe também a sua fala, e será repassada a toda a equipe
609 que esteve lá. Nós que agradecemos a oportunidade de construir juntos”. Conselheiro
610 Adriano Nascimento Manetta (CMI): “Boa tarde a todos. Em primeiro lugar,
611 presidente, elogiar e fazer coro às importantes homenagens de hoje, do professor
612 Octávio Elísio e, principalmente, do conselheiro Carlos Alberto, que é referência para
613 mim dentro do Copam há muito tempo. Eu acho que tem uns 20 anos que eu conheço
614 o Copam em funcionamento, e sempre esteve lá o Carlos Alberto com a coragem de
615 defender, intransigentemente, os posicionamentos dele, mas, como bem colocado
616 pelo conselheiro Tobias, sempre com educação e cordato e próximo aos demais

617 conselheiros, sejam eles de mesmo pensamento ou de pensamento divergente. Então
618 eu acho uma homenagem mais do que merecida, inclusive pela importância e
619 protagonismo que a Faemg teve no Conselho ao longo de todos esses anos.
620 Normalmente eu não faria uma manifestação sobre esse ponto, mas participei
621 enquanto cidadão, população em geral, dessa reunião do processo da Tamisa e preciso
622 fazer coro ao conselheiro Tobias que é um momento muito difícil para se estar no
623 Copam. Aquela reunião me causou um profundo impacto, porque eu fiz uma
624 manifestação curta, de 10 minutos, para fazer um testemunho que dissonava da
625 maioria das pessoas que estavam se manifestando e eu não consegui nem parar de
626 gaguejar de tanta agressão que pipocava pelo chat enquanto eu falava. A gente vai
627 vendo aquilo, e o raciocínio se perde. E aí as pessoas colocam como se os conselheiros
628 que representam entidades de setor produtivo tivessem algum tipo de privilégio por
629 parte da Semad. Acho importante esclarecer que não. Inclusive, há uma grande
630 independência, sendo que muitos dos conselheiros hoje, por exemplo, são atacados
631 dentro da Câmara Normativa e Recursal e outras câmaras exatamente por adotar
632 posicionamentos divergentes da Semad ou da Advocacia Geral do Estado, são
633 ameaçados com processos administrativos e outros tipos de situação. Evidentemente,
634 dentro da função do conselheiro, as pessoas não mudam o seu posicionamento e não
635 arrefecem diante desse tipo de ameaça e nem das ameaças colocadas pelo público
636 naquele dia. Mas eu penso que há outras lições que nós precisamos aprender ali,
637 porque uma coisa seria vivenciarmos manifestações emocionais de cidadãos, e houve
638 gente que esteve nesse papel e nessa função. Mas me parece que em boa medida nós
639 tivemos candidato lançando campanha e cabos eleitorais fazendo propaganda dos
640 candidatos. E isso é uma subversão do funcionamento do Copam que não deveria ser
641 admitida. Precisamos organizar o Regimento para impedir o acontecimento de eventos
642 políticos e mau uso do Conselho como esse que aconteceu no caso da Tamisa. Uma
643 outra coisa que eu penso que precisa de reparação: dentro da estrutura atual do
644 Copam, os processos, de fato, são deferidos no Conselho, mas são indeferidos
645 internamente na estrutura da Semad. E são muitos os que são indeferidos. Inclusive,
646 nesse processo da Tamisa isso aconteceu, houve um primeiro processo indeferido,
647 antes dele houve um que nem chegou a ser apresentado. Aí que eu fui tomar o
648 primeiro conhecimento dessa situação quando até a Prefeitura de Nova Lima fazia as
649 primeiras interlocuções a respeito dessa possibilidade. Aí houve um projeto
650 apresentado que foi indeferido, e depois de adequado foi apresentado um segundo
651 projeto. Então eu acho que é importante esclarecer para a sociedade que sim, em
652 todas as superintendências nós temos muitos e muitos processos que são indeferidos
653 por inadequação ambiental e que nem chegam à luz do Conselho. É como funciona. Eu
654 acho até correto. De um ponto de vista político, seria muito estranho que a Secretaria
655 submetesse ao Conselho material defeituoso ou processos que não têm a viabilidade.

O que chega às vezes, sim, são recursos das pessoas insatisfeitas com o indeferimento. Um outro ponto que eu acho que merece reparação: eu acompanhei a reunião inteira até às 4h da manhã, alguma das falas ao final disse que o que houve ali foi uma vitória da técnica sobre a emoção. Eu acho que a percepção é perfeita, e não tem nada de errado nisso. Ao contrário, é correto. Não foi a Semad, não foi a lei estadual, não é o Conselho que escolheu a técnica, foi a Constituição Federal, no artigo 225, ao prestigiar o EIA/Rima como instrumento de mediação dos conflitos sociais e dos conflitos ambientais. Principalmente, dos ambientais. Desculpe a confusão. Então também esse ponto me parece excessivo. Ilegítimo, de forma alguma. Eu teria ficado muito mais satisfeito e muito menos deprimido se eu tivesse visto uma enxurrada de manifestações emocionais naquele dia, o que eu reputaria muito mais legítimo, porque o que se colocou – e na minha opinião é mentira – é que o empreendimento destrói a serra do Curral. Fosse isso, eu acho que todo cidadão mineiro tem de estar emocionalmente atingido por aquilo ali. Agora o uso obviamente eleitoral e a construção de plataforma de candidatura que foi feita utilizando do Conselho, de um espaço público, isso é preocupante. E além disso a estrutura truculenta, ameaçadora. Tem uma piada que diz que democracia é quando eu mando em você, e ditadura quando você manda em mim. A impressão que eu tive é isso tudo, não que as pessoas queriam ser ouvidas, as pessoas queriam que elas determinassem. Independentemente de técnica, de estudo, de qualquer outra coisa, o que elas queriam era que se determinasse conforme a vontade daquele grupo de pessoas o resultado da reunião. Isso é antidemocrático. E outra, é um grupo, sim, de 300 pessoas, sim, num universo de 2.700.000 habitantes de Belo Horizonte. É por isso que nos organizamos em instituições representativas, porque, não importa quantas pessoas a gente consegue ouvir dentro de um dia inteiro, jamais ouviremos um grupo representativo da sociedade. Então as coisas precisam ser organizadas, e cada grupo tem que ter seus representantes qualificados tecnicamente para conseguir fazer a manifestação adequada, que é o que se coloca ou se pretende com o Copam. Então eu percebi naquela reunião, para além de uma tática de obstrução, malsucedida, um ataque ao próprio funcionamento do Conselho e um ataque às pessoas que assentam no Conselho, e com isso nós não podemos concordar. E eu concordo muito com a colocação da Flávia Mourão, nós temos dever de respeitar os responsáveis técnicos que assinam peças, seja na pessoa dos representantes técnicos da Secretaria de Meio Ambiente – os que eu vi lá, Rodrigo Ribas, a Giovana, a Mariana –, com as manifestações técnicas impecáveis, seja na pessoa do Orsini, que também é um técnico absolutamente respeitado e que foi muito agredido naquele dia, seja na pessoa do Valter, da Abes, que assumiu uma posição divergente igualmente técnica, seja na pessoa de qualquer um que defenda e trabalhe a técnica, escolhida constitucionalmente como o elemento fundamental para a solução do conflito

695 ambiental, socioambiental. Isso tem que ser respeitado, e nós enquanto Copam e
696 Secretaria de Estado de Meio Ambiente temos obrigação de exigir esse respeito e
697 construir caminhos para que o Conselho não sirva novamente de plataforma eleitoral
698 para ninguém, porque a meu ver isso é algo muito equivocados, inclusive, um uso
699 inadequado do espaço público. São essas as considerações, até realmente de um
700 desabafo. Peço desculpas se me excedi, mas foi uma reunião que me deixou um
701 sentimento depressivo por muitos dias depois dela ainda e que persiste até hoje”.
702 Conselheiro João Augusto Hilário de Souza (Assemg): “Presidente Marília, eu não
703 poderia deixar de me manifestar sobre esse assunto, até por conhecer muito bem a
704 Mineração. Primeiramente, gostaria de reforçar o meu apoio, especialmente para
705 aqueles que votaram “sim” na CMI, apoiando o Licenciamento, por exercerem a sua
706 posição no Conselho. Eu acho que isso tem de ser feito. Por mais que tenham tido
707 posições em contrário e manifestações agressivas, com base em divulgação de
708 informações inverídicas contra posicionamento favorável desses Conselheiros da CMI,
709 eu quero reforçar o meu apoio. A segunda coisa é que esse assunto, como o
710 conselheiro Manetta acabou 709 de falar, tem passado por abordagens muito
711 emocionais. Nós estamos em um dos países em que, esse tipo de análise tem sido feita
712 de forma enviesada com base em grandes diferenças entre a percepção do fato e a
713 realidade. Na última pesquisa do Instituto *Ipsos Mori*, sobre Percepção da
714 Realidade, nós continuamos entre os povos mais equivocados dos normalmente mais
715 importantes 50 países analisados, conforme relatório específico. Aproveitando-se que
716 está sendo ainda dada uma grande audiência devido aos desastres com as barragens
717 de mineração, inclusive com certo respaldo pelos seus fortes impactos na sociedade,
718 porque realmente foram catastróficos, a mídia então enveredou por esse caminho, e
719 houve uma retroalimentação. Quanto5 mais a mídia mostrava o problema a seu modo,
720 mais dava audiência, e a mídia continuava mostrando, só que na maioria das vezes, de
721 uma forma distorcida, dando a entender que seria desmontada a parte visível e
722 paisagística da belíssima Serra do Curral. Eu quero reforçar que a mídia é
723 extremamente importante e não tenho nada contra ela, até pelo contrário. Eu sou
724 contra os posicionamentos sem conhecimento de causa, sem análise dos fatos e
725 seguindo vieses simplesmente políticos ou pessoais. Por exemplo, a conselheira Flávia
726 Mourão, ao citar que a planta está do lado de cá da serra, eu creio que não é bem
727 assim. Por exemplo, quem já andou ali no Parque das Mangabeiras, teve o ânimo de
728 atravessar a floresta lá – porque é um pouquinho cansativo para andar toda aquela
729 floresta –, vai perceber que tem umas árvores ali que são de Floresta Atlântica. E mais
730 uma coisa que não temos lembrado, apesar de que o conselheiro Flavio Roscoe
731 anteriormente já apresentou aqui a situação do Quadrilátero Ferrífero com fatos e
732 dados, é que ali era uma mina, a antiga Ferrobela, no século passado, produção que
733 gerou minério de ferro para abastecer de ferro-gusa e aço básico para suportar as

734 primeiras construções mais altas de Belo Horizonte, os primeiros edifícios,
735 estruturados em parte com material dali, o ferro. Porque sem o ferro, conforme
736 alguém aí até reconheceu, não tem como construir quase nada, muito menos edifício
737 e viaduto. A parte daquele lado da serra ali já foi uma mina, e, para os desavisados, se
738 não prestarem muita atenção, ao irem lá, não vão perceber nada disso, talvez alguns
739 indícios. Então as minas hoje podem ser operadas com tecnologias, – existe uma
740 complementação sobre esse assunto, que está disponível em vídeo a internet e foi
741 desenvolvida juntamente com especialistas e professores de grandes universidades –
742 o Sequenciamento Verde, mostrando que na Indústria Mineral pode ser reduzido
743 o impacto ambiental e pode haver a recuperação, em alguns casos, em até 100% do
744 terreno utilizado. Isso precisaria ser visto mais com base na realidade e não com um
745 viés emocional de parte da mídia, que começa mostrando a serra maravilhosa, que
746 todos nós adoramos, muito bonita, e depois monta uma linha de reportagem incutindo
747 nos desavisados que ela vai ser totalmente destruída. Vendo aquilo ali e não
748 conhecendo o assunto, até eu seria contra qualquer empreendimento, mesmo gerador
749 de emprego e renda. Só que não se trata bem disso. A parte impactada é mínima em
750 relação a todo o parque preservado até hoje. Parte dele, inclusive a Mata do Jambreiro,
751 foi também preservada, principalmente, por uma empresa de mineração. É uma pena,
752 presidente Marília, nós não poderemos aprofundar um pouco mais na realidade dos
753 fatos. Se pelo menos pudessemos trazer alguém que conheça o projeto, que tem
754 responsabilidade técnica registrada para o empreendimento, para nos apresentar
755 aqui, nos ajudaria a formar melhor a nossa opinião com base nos fatos. É claro que
756 muitos poderão continuar contra, sim, mas aí com base em informações realmente
757 técnicas, como são os projetos de engenharia, reais, e não com base numa tomada de
758 drone com uma fala de alguém que já está com a tendência de apresentar com o seu
759 próprio viés. Então é uma pena. Mas, se pudesse, eu acho que deveríamos, sim,
760 discutir esse assunto de uma forma mais profunda, menos emocional e com base
761 numa visão real do projeto. Por último, eu até trouxe um tema que eu gostaria que
762 nós aprofundássemos mais, que foi a mobilidade elétrica, sobre o qual eu falei em
763 dezembro do ano passado. Eu propus à época e reforço que, sim, seria um tema,
764 presidente Marília, que nós devíamos continuar aprofundando mais, devido à
765 importância e o impacto tanto na poluição, na qualidade do ar das grandes cidades do
766 nosso Estado, como também no desenvolvimento da parte industrial. E agora por
767 último mesmo, é que se continuarmos assim com essas posições, não vamos
768 conseguir reduzir os riscos no anel rodoviário, que tem um dos trechos mais mortais
769 por quilômetro rodado do Estado ou até do País, não vamos também prosseguir a
770 reconstrução da BR381, extremamente necessária, porque para retificar um pouco
771 mais seu traçado, vão ter de utilizar pequenas áreas com resquícios de Mata Atlântica
772 e outras paisagens. Eu acho que nós temos que ter mais bom senso e sermos

773 ponderados nessa questão ao fazermos essas análises. E aí, se continuarmos
774 assim, predispostos a nos posicionarmos sistematicamente contra todos
775 os empreendimentos, eles continuarão indo para outras cidades. Algumas empresas
776 já estão até pensando em mudar os seus planos de implantação de investimentos de
777 bilhões de reais, no Estado e na região de Nova Lima, e irem para outros países. Se
778 conduzido nessa linha de Conselheiros não poderem exercer seu direito de votar a
779 favor de um empreendimento, sendo ameaçados, retrato dos nossos filhos pregados
780 no poste, coisas desse tipo, vamos afugentar todos os investimentos e aí vamos
781 continuar aumentando a quantidade de desempregados deste Estado, que se for
782 medida realmente de uma forma estatística precisa, são milhões, pode estar chegando
783 a 3 milhões, e vamos continuar aumentando também os nossos moradores de rua, que
784 já foram um dia 1.500, era muito, e assim continuariam caminhando para 10 mil. Então
785 nós temos que pensar em tudo isso nesses nossos posicionamentos. Eu concordo
786 plenamente com este Conselho, todos nós temos de zelar para que os
787 empreendimentos necessários para suportar a economia, recriar empregos, suportar
788 a geração de riqueza, que sejam realmente sempre implantados observando uma linha
789 de preservação, de sustentabilidade. Então era isso. Muito obrigado”. Presidente
790 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro, pelas suas colocações. Só fazer um
791 comentário, conselheiro. Logo quando o Tobias falou, eu mencionei que, caso seja
792 interesse deste Conselho, a gente pode fazer uma apresentação sobre os diversos
793 pontos. Não conseguimos muito fazer, mas tentamos na primeira audiência pública na
794 Assembleia Legislativa, na Comissão de Meio Ambiente, o nosso superintendente
795 Rodrigo Ribas tentou fazer uma apresentação trazendo realmente todos os aspectos
796 que estão sendo abordados. Primeiro a questão da supressão de Mata Atlântica, a
797 questão de vibração, a questão de dispersão atmosférica, de particulados na
798 atmosfera, a questão do uso da água, a questão de vias de acesso e escoamento do
799 minério. Na sequência, nós fizemos essa representação no Ministério Público Federal,
800 que teve uma oportunidade de ouvir. Então é bom realmente a gente esclarecer alguns
801 fatos do ponto de vista técnico, volto a dizer, entendendo qual que é a função do órgão
802 técnico de apoio ao Copam nesse processo, do órgão técnico ambiental nesse
803 processo. Se eu sou a favor ou contra o tombamento da Serra do Curral, é até
804 importante referenciar: nós tivemos diversas falas públicas do nosso governador
805 falando que é a favor do tombamento. Mas o processo de licenciamento, no momento
806 em que foi concluído, se ateuve aos requisitos técnicos e legais vigentes. Ontem eu
807 estive novamente na Assembleia Legislativa, na Comissão de Segurança Pública, para
808 discutir o mesmo tema, e falávamos isso, ‘hoje tramita uma PEC para tombamento da
809 serra do Curral na Assembleia Legislativa’. O deputado Virgílio Guimarães também
810 abordou ontem na audiência a PEC que está tramitando, uma PEC muito ampla,
811 sem delimitação de áreas, sem diretrizes, mas que é isso deve ser aprofundado. Mas

812 volto a dizer, e importante que tenhamos uma avaliação real dos fatos do ponto de
 813 vista técnico para que, independente de ser a favor ou ser contra, que a gente
 814 esclareça a sociedade. Eu almocei com uma tia 15 dias atrás, ela falou para mim:
 815 ‘Minha filha, mas nós não vamos mais ver a serra do Curral da Praça do Papa?’
 816 Infelizmente, as informações da forma que estão sendo postas em diversos meios de
 817 comunicação não são as informações reais. E a sociedade merece ter acesso às
 818 informações reais para fazer o juízo de valor que ela determinar ou que ela puder, mas
 819 a partir de fatos, a partir de informações verdadeiras. E nós da Secretaria de Meio
 820 Ambiente, com uma premissa muito cara para nós que é a transparência, estamos à
 821 inteira disposição deste Conselho e também da sociedade para esclarecer todos os
 822 fatos e ouvir os contrapontos também sobre a nossa análise técnica. Então se for
 823 interesse deste Conselho nós podemos, numa próxima reunião, fazer uma
 824 apresentação técnica sobre a análise que foi realizada no caso Tamisa”. **4) EXAME DA**
 825 **ATA DA 193ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 193ª reunião do Plenário
 826 do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 16 de março de 2022, com
 827 alterações solicitadas pela Faemg, Assemg, Abes e EPA, conforme nova versão
 828 apresentada nesta sessão. Votos favoráveis: Semad, Seapa, SEE, SES, Seinfra, Sedese,
 829 Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg,
 830 Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, EPA,
 831 Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg e OAB. Abstenções: Amda e ABRHidro. Ausências:
 832 Secult, Sede, Seplag e MPMG. Justificativas de abstenções. As conselheiras
 833 representantes da Amda e da ABRHidro justificaram abstenção de voto pelo motivo de
 834 não terem participado da 193ª reunião. **5) COP 26 - OS DESDOBRAMENTOS E AS**
 835 **AÇÕES SUBSEQUENTES. Apresentação: Semad.** Renata Araújo, chefe de gabinete da
 836 Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez a apresentação sobre “COP 26 - Os
 837 Desdobramentos e as Ações Subsequentes”. O conteúdo da exposição foi
 838 disponibilizado no site da Semad. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada,
 839 Renata. Eu queria fazer breves comentários sobre a fala da Renata. Nós, por diretriz
 840 do governador Romeu Zema, resolvemos restabelecer a Política de Mudanças
 841 Climáticas desde o ano passado. Ela estava com pouca pujança no Estado de Minas
 842 Gerais, e num primeiro momento alguns atos políticos institucionais de demonstração
 843 desse retorno da Política de Mudanças Climáticas foram feitos, e um deles foi a própria
 844 adesão ao Race to Zero. A partir disso, nós temos trabalhado para trazer à prática
 845 ações, efetividade, no tema mudanças climáticas, com a base técnica de um inventário
 846 que está sendo atualizado e de uma atualização também do Plano de Mudanças
 847 Climáticas de 2014, e integrando diversas ações. A Renata mencionou uma ação bem
 848 executada pela Subsecretaria de Gestão e Saneamento junto com os consórcios
 849 intermunicipais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, para dar efetividade
 850 à implementação da Política de Resíduos Sólidos em todas as suas etapas, não apenas

na destinação final, mas também no fomento, coleta seletiva e reciclagem. Temos ações no IEF que também integram, como o próprio Selo Verde, que foi apresentado aqui pelo professor Raoni Rajão. E a implementação do PRA. Então o que nós temos buscado agora é, a partir dos compromissos institucionais e públicos assumidos pelo governador Romeu Zema, dar prática à Política de Mudanças Climáticas. Esse é o grande desafio de nós todos, e isso teve um processo muito interessante na COP 26, a partir de uma parceria também muito estreita com o governo do Reino Unido de um ato representativo da participação de Minas lá. É a primeira vez que um governador de Minas Gerais esteve numa COP, foi a primeira vez que um presidente da Fiemg esteve numa COP. Lembrando que o Race to Zero foi assinado não apenas pelo governador Romeu Zema, mas junto com o presidente da Faemg e com o presidente da Fiemg, mostrando essa congregação de esforços dos diversos setores com o poder público para retomada da Política de Mudanças Climáticas e, mais do que isso, sair da retórica e vir para a prática de ações, porque é isso que nos importa. Então, Renata, muito obrigada pela sua exposição. A apresentação seguinte eu vou até pedir para trocar – a nº 7, Ação Climática Estadual, traz esses desdobramentos pós-COP –, e depois entramos no Plano de Ação de Combate ao Desmatamento, que é também quando avaliamos quais são os principais setores importantes a serem trabalhados, o uso do solo, que a Renata mencionou, aumento da cobertura vegetal, energia, que é o que nós temos trabalhado. Eu gostaria de pedir então aos conselheiros que fizéssemos as considerações sobre o tema mudanças climáticas após a apresentação do item 7, porque aí a gente cumpre uma lógica complementar da participação na COP e do pós-COP até o momento, considerando que a COP já passou um tempinho, e desde lá já temos ações sendo realizadas”. **6) PLANO DE AÇÃO DE COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL. Apresentação: Semad.** Gustavo Endrigo de Sá Fonseca, superintendente de Fiscalização/Semad, fez apresentação do Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, a presidente da sessão fez a seguinte manifestação. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Gustavo. Eu queria também fazer breves considerações sobre a apresentação da Subsecretaria de Fiscalização. Nós estamos discutindo muito, dentro do Sisema, a questão do desmatamento ilegal no Estado de Minas Gerais e ações preventivas e repressivas contra o desmatamento ilegal. Esse é um ponto muito importante porque nós avançamos muito no monitoramento da cobertura vegetal, no tempo de resposta, mas ainda nós só agimos após a detecção. Então em diversas conversas internas nós consideramos essa proposta que o Gustavo agora apresentou com diversas linhas de ação, inclusive na priorização de processamento de auto de infração de desmatamento. Porque não adianta só ação de campo, é preciso dar efetividade à infração através da cobrança da multa devida. Porque muitas vezes permanece uma

890 sensação de que a autuação não foi feita porque o valor, de fato, não é cobrado. Então
891 nós estamos fazendo uma força-tarefa no tema desmatamento. Infelizmente, em
892 algumas regiões do Estado de Minas Gerais, nós detectamos aumento do
893 desmatamento ilegal. Isso não será admitido no Estado de Minas Gerais, e a equipe de
894 fiscalização já está orientada de que essa é a grande prioridade de fiscalização, não
895 deixar que os índices de desmatamento no estado de Minas Gerais, cresçam”. **7) AÇÃO**
896 **CLIMÁTICA ESTADUAL - CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO E A NEUTRALIDADE.**
897 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Alessandro Ribeiro
898 Campos do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas da Fundação
899 Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez apresentação sobre ‘Ação Climática Estadual -
900 Caminhos para o Enfrentamento e a Neutralidade’. O conteúdo da exposição foi
901 disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foi aberto espaço para
902 manifestações. Manifestações. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu
903 ouvi atentamente as apresentações do Alessandro, da Renata. Assinamos, de fato, o
904 Race to Zero, estamos imbuídos de concretizar essa questão junto ao Estado de Minas
905 Gerais. E coloco aqui a Faemg, como representante de um setor da maior importância
906 relacionada às possibilidades de descarbonização, porque, vamos dizer,
907 resumidamente, é onde a fotossíntese acontece, onde se colocam árvores, inclusive,
908 por outros setores, para suas próprias mitigações, compensações, enfim; onde ocorre
909 estoque de carbono. Inclusive, por meio do PRA, a recuperação das áreas devidas, do
910 Código Florestal, é o maior programa mundial do tipo. Mas também com as práticas
911 de agricultura de baixa emissão de carbono, que tem um enorme potencial, como
912 colocado pelo Brasil na COP 26, onde essas metas foram refeitas, aumentando em sete
913 vezes as metas anteriores. Trazer a Faemg para junto das discussões de forma muito
914 próxima. Nós não fazemos parte da CEM do Copam, então precisamos interagir de uma
915 outra forma junto com as equipes, com o Alessandro. E trazer aqui uma curiosidade
916 também. Quando foi mostrada a questão da matriz energética – não a matriz elétrica
917 –, no gráfico eu observei bem que a agricultura tinha uma barrinha de energia não
918 renovável maior do que a de energia renovável. A questão do uso da energia, o
919 maquinário no meio natural, que é a diesel, isso é muito claro. Mas também a Faemg
920 tem levado ao interior, por meio do programa Faemg Energia Sustentável, o uso da
921 energia solar fotovoltaica, ampliando esse uso no meio rural. E também, ainda que não
922 seja o uso na atividade agropecuária, mas uma energia significativa na nossa matriz
923 energética que é a bioenergia, isso é feito na agricultura. Então a agricultura pode
924 utilizar de uma determinada energia em seu maquinário, mas fornece de forma
925 significativa para o Brasil energia renovável, capitalizada pela indústria, a energia da
926 cana, do milho, da própria madeira etc. Então isso entra na questão da indústria, mas
927 a fonte é rural. Como eu falei, é no meio rural que ocorre a fotossíntese com essa
928 captura de carbono. Eu queria trazer isso como uma curiosidade, porque às vezes

929 vemos os números soltos, de forma crua, e aí é a metodologia que tem que ser
930 modificada mesmo – aqui eu fiz comparativos –, mas a gente tem que ter essa
931 consciência também do papel e do fornecimento do meio rural na própria matriz
932 energética do Brasil, que é mais ou menos 20% bioenergia, se for pensar”. **8) PROJETO**
933 **DE OTIMIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Semad.** Vitor Reis
934 Salum Tavares, da Assessoria de Gestão Regional/Semad, fez apresentação do “Projeto
935 de Otimização da Regularização Ambiental” em Minas Gerais. O conteúdo da
936 exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foram registradas
937 as manifestações a seguir. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria, de forma
938 muito breve, mencionar que esse é um projeto estruturante na área de licenciamento
939 ambiental para nós, como o Vitor falou. Eu queria destacar alguns pontos. Quando nós
940 desenhamos esse projeto, nós desenhamos a partir de algumas constatações. Primeiro
941 a existência de 43 atos autorizativos, mais de 800 normas infralegais, um espectro
942 interpretativo muito amplo nessas normas, o que gera insegurança para todos:
943 insegurança para os nossos analistas, insegurança para os empreendedores, que
944 muitas vezes não sabem o que vai ser exigido e como vai ser exigido. E isso tem
945 distorcido a função do licenciamento ambiental, que é um instrumento técnico de
946 avaliação de impacto, estabelecimento de medidas de controle, de minimização dos
947 impactos, de mitigação, de compensação. O primeiro ponto que nós refletimos é isso,
948 precisamos revisitar as normas infralegais para diminuir o número de normas
949 infralegais e, além disso, torná-las menos subjetivas. Eu tenho falado isso aqui
950 internamente, o meu sonho é quando o empreendedor vier discutir comigo qual é a
951 melhor tecnologia de controle de determinado tipo de emissão atmosférica, efluente,
952 e não qual que é a brecha na norma para viabilizar ou não viabilizar. Isso que virou o
953 licenciamento ambiental. E esse cenário está muito claro para nós quando vemos 800
954 normas infralegais. Então nós vamos superar esse momento com esse projeto
955 estruturante. A outra questão é a elaboração dos termos de referência, de novo, para
956 dar o viés técnico do licenciamento ambiental, quais são os estudos, qual é a forma,
957 qual é o conteúdo dos estudos. Isso trará, inclusive, uma padronização de atuação
958 entre as nossas superintendências que hoje ainda não existe por falta de termos de
959 referências objetivos e claros. Também nesse projeto prevê um olhar para avaliação
960 de processos do ponto de vista de gestão. Existem etapas desnecessárias, há etapas
961 que podem ser otimizadas dentro do processo de licenciamento. Então nós estamos
962 muito animados com a perspectiva desse projeto que se inicia agora, depois de um
963 ano e meio de superação das burocracias internas para que pudesse, de fato, viabilizar
964 a doação dessa prestação de serviço, que, como o Vitor falou, é uma prestação de
965 serviço doada que se viabiliza a partir de um decreto pela Fiemg, mas com todo o
966 cuidado de governança e compliance, porque a gestão, a coordenação é inteira do
967 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Nós pretendemos ter escutas

968 com especialistas em determinados momentos também e, obviamente, aquelas
969 normas infralegais que são do Copam virão para cá para serem avaliadas, para uma
970 submissão, como obviamente é o que determina a legislação”. Conselheira Flávia
971 Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Parabéns. Eu acho que é isso mesmo que você
972 está falando, quando é que o Estado vai ser procurado em busca das melhores
973 tecnologias e não de como atender a norma, que brecha que pode viabilizar o
974 licenciamento. Realmente, eu acho que trabalhar com a legislação do licenciamento
975 ambiental como está é uma tarefa extremamente complexa e acaba ficando para uns
976 poucos, e esses poucos acabam criando um domínio. É uma coisa muito complicada.
977 Agora para mexer nisso também concordo que não dá para simplesmente sair
978 remendando, alterar aqui, é preciso fazer uma revisão de conjunto para que não se
979 perca aquilo que de bom já foi construído. E que nessa revisão também, nessas
980 mudanças, tenhamos uma transição adequada e que realmente atenda todo mundo,
981 e que as pessoas tenham domínio dessas normas. Então eu queria fazer duas
982 perguntas. Primeiro, como é que vão ser contratados esses consultores? Ou se já
983 foram contratados. Eu vi que o Vitor teve um cuidado muito grande, o que eu acho
984 muito bom, em explicar essa parceria com a Fiemg. Depois da explicação dele, eu pelo
985 menos fiquei um pouco mais tranquila, porque tinha muita dúvida dessa forma de
986 contratação, de prestação de serviço. Mas como vão ser contratadas as pessoas que
987 vão prestar esse serviço? E, segundo, nesses processos de consulta pública, realmente
988 vão ser direcionadas consultas para o coletivo de profissionais que atuam, como vamos
989 popularizar isso também para que as principais ONGs, os movimentos que atuam na
990 área ambiental possam acompanhar? E, terceiro, como é que o Copam vai participar
991 disso, o Copam e as suas câmaras técnicas?” Conselheiro Guilherme Augusto Duarte
992 de Faria (Sede): “Na verdade, mais do que uma pergunta, é um esclarecimento, uma
993 vez que nós tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a condução e a
994 proposição, na verdade, desse projeto para a Semad. Trazer aqui uma voz de apoio da
995 Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu acho que essa proposta vem muito de
996 encontro com o que nós trazemos e executamos através do Minas Livre para Crescer,
997 que nada mais é do que a ideia de proporcionar em Minas Gerais um estado de maior
998 segurança jurídica e celeridade para o setor produtivo e para a sociedade. Eu acho que
999 é importante sempre frisar que sem prejuízo à qualidade da análise técnica dos
1000 diversos órgãos que emitem seus atos autorizativos. E aqui no caso os órgãos do
1001 Sisema e entidades sem nenhum prejuízo à qualidade técnica, ao rigor e ao
1002 cumprimento da legislação e arcabouço ambiental que rege então esses atos. Mas o
1003 que queremos ao final é que os nossos clientes tenham mais celebridade, mais
1004 segurança jurídica, mais objetividade nas suas respostas. E eu acho que esse trabalho
1005 vem suprir essa lacuna. Eu acho que as normas não são estanques, a tecnologia vem
1006 nos auxiliar para que possamos dinamizar os processos de licenciamento, o processo

1007 de regularização ambiental. Para além disso, as tecnologias dos empreendimentos
1008 também vêm tendo uma dinamização diferente para a forma como nós devemos
1009 analisar e, enfim, autorizar ou não. A Secretaria de Desenvolvimento parabeniza,
1010 Marília, a equipe da Semad por esse trabalho. Nós nos colocamos à inteira disposição
1011 para contribuir. E eu acho que o maior ganhador, no final das contas, vai ser o próprio
1012 Sisema, que vai poder direcionar seus recursos escassos, sejam humanos ou
1013 financeiros, para atividades que são, de fato, a joia da coroa no Sisema, principalmente
1014 aquelas atividades de preservação, de conservação, as atividades, de fato, que trazem
1015 um ganho ambiental para Minas Gerais, trazendo um pouco mais de simplicidade no
1016 trato com os atos autorizativos. Era um pouco dessa mensagem, e a Sede está à sua
1017 disposição sempre”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Guilherme. De
1018 fato, nós temos uma construção conjunta nesse processo desde o início. Ganha o
1019 Sisema, sim, em vários aspectos. Quando nós começamos a desenhar esse projeto,
1020 logo quando eu cheguei e ainda sob a condução do Augusto Lio Horta, o então
1021 presidente do sindicato, Adriano Tostes, falou isso, ‘Marília, esse é um projeto do
1022 sonho para nós também, servidores’. Porque os servidores ficam, muitas vezes,
1023 inseguros com essa amplitude interpretativa das normas, com falta de critérios
1024 técnicos objetivos. Então nós vamos trabalhar.” Vitor Reis Salum Tavares/Semad:
1025 “Além de ganhar também todos nós servidores, em que estou incluído também, já
1026 participando de diversos debates – nós sabemos de todas as dificuldades que tem num
1027 processo de licenciamento, suas complexidades técnicas e processuais –, mas eu acho
1028 que ganha também a qualidade ambiental no Estado e ganham todos os cidadãos que
1029 desempenham e são afetados pelo nosso serviço. Eu agradeço a manifestação do
1030 Guilherme e também a pergunta da Flávia, que nos dá a oportunidade de trazer mais
1031 informações sobre esse projeto, de uma maneira mais assertiva, de acordo com as
1032 informações e dúvidas que ainda possam ter ficado. Então, Flávia, temos três
1033 perguntas. Sobre a seleção da prestadora de serviços técnicos especializados, como
1034 você pôde perceber no momento da apresentação, a nossa estrutura de processos
1035 está avaliada em três fases: a fase do mapeamento dos processos, a fase da avaliação
1036 normativa e a fase dos termos de referência. Então existe já uma seleção em fase final
1037 de contratação pela Fiemg desses prestadores de serviço, e isso foi baseado em
1038 critérios estritamente técnicos, uma equipe que detém uma qualificação técnica
1039 necessária, com um currículo voltado para o desempenho dessas atividades. Então
1040 essa avaliação foi feita nesse sentido, com essa seleção, e baseada em critérios que
1041 atendam às exigências de avaliação e todas as informações necessárias para a
1042 construção de cada uma dessas fases, já que são fases muito diferentes, que têm
1043 complexidades técnicas inerentes e analíticas muito diferenciadas. Então cada uma
1044 dessas equipes tem uma avaliação profissional específica, um componente de
1045 profissionais específicos que vão desenvolver trabalhos em cada uma dessas fases.

Essa é a primeira resposta. Em relação ao processo de consulta pública, nós vamos fazer uma consulta pública que agregue todas as informações de uma maneira ampla, tanto da divulgação quanto do recebimento das informações. Como eu disse na apresentação, logicamente que a gente agregar as informações que serão realizadas numa consulta pública depende do atendimento dos requisitos técnicos. Porque muitas vezes uma determinada sugestão ou uma informação pode ser onerosa e não eficiente ou então não onerosa, mas também não eficiente. Então precisamos ter uma avaliação crítica, principalmente em um processo de regularização ambiental – é aí abrangendo licenciamento de intervenção ambiental e outorga –, para atingir a finalidade dele. O licenciamento ambiental, seja para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento, seja seu desempenho ambiental; na intervenção ambiental, os componentes de fitofisionomia, necessidades de caracterização de bioma, compensações ambientais, como vai ser a alternativa técnica locacional; seja no processo de outorga, relacionado à sua disponibilidade hídrica, como é o uso consuntivo da água e tudo mais nesse sentido. Então essa consulta pública vai ser ampla. Nos momentos em que temos todo um cronograma com execução de projeto, com a linha de base de como vai andar cada uma dessas ações para o nosso monitoramento. Como a secretária disse, o gerenciamento do processo está a cargo dos gestores do Sisema, então temos toda essa linha de base. Nos momentos procedimentais em que tiver produtos que vão seguir aquela lista de comitês para sua avaliação, nós vamos promover essas consultas públicas, fazer a sua divulgação a seu tempo e modo, abrir o tempo necessário para que a sociedade civil ou qualquer outra pessoa possa exercer sua manifestação, internalizar essas informações de maneiras técnicas necessárias para esses objetivos institucionais de cada um dos atos regularizativos; e fazer, depois de todas essas concentrações, a proposição disso para o último comitê, que é o Comitê Intergestor. Aprovado no Comitê Intergestor – já vou até emendar na sua terceira pergunta, a participação do Copam vai se dar de acordo com suas competências. A competência do Copam para análise, por exemplo, de deliberações normativas e informações necessárias para o desenvolvimento de atividades, até discussões técnicas no âmbito necessário, vai ser levada a efeito para este Conselho. Hoje nós temos uma avaliação muito clara de cada um dos atos normativos que temos. Então, numa breve passagem aqui, por exemplo, um processo de regularização ambiental precisa, eventualmente, de um decreto regulamentador; dentro do contexto do licenciamento, temos a deliberação normativa; e da internação ambiental; em outros pontos também temos esses instrumentos de deliberação normativa. Em alguns casos, que é competente é a própria autoridade interna da Secretaria, por meio de resoluções e das próprias autoridades nossas indiretas. As regras de competência da edição de cada um dos atos normativos vão ser seguidas em seus estritos termos. E até é de suma importância que isso aconteça porque senão, a

pretexto de conferir segurança jurídica ao processo de licenciamento, estaríamos trazendo insegurança. Porque um ato administrativo só é apto a produzir efeito se ele é realmente realizado e editado pela autoridade competente para tanto. É até um vício, a nossa Lei de Ação Popular traz essa conceituação do vício de competência. Então, a seu tempo e modo, em cada uma das ações de competência do Copam, seja para analisar, seja para atualizar todo o desenvolvimento do projeto até no âmbito deste Plenário, nós vamos trazer todas as informações conforme o nosso cronograma, nossa linha de base de projetos, para atualizar cada vez mais vocês em relação ao desenvolvimento, de uma maneira transparente, como eu disse, com a edição de processos públicos, com todas as informações bem delineadas, bem construídas, para que tenhamos uma base bem objetiva e consiga atingir o objetivo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Vitor, pela sua explicação. Flávia, nós estamos, inclusive, estudando, eu pedi para a nossa equipe interna estudar. A minha ideia é que façamos, não para esse projeto especificamente, mas estou trabalhando uma normativa para consulta pública de todas as normas que têm relação com prestação de serviço público do Sisema. Usar um pouco o modelo de Agência Reguladora – a ANA faz muito isso – nas normas, deixar em consulta pública durante um período, mesmo que sejam normas administrativas, tipo resoluções, para recebermos contribuições da sociedade, de todos os setores. Isso é muito importante sempre. As do Copam, obviamente, como o Vitor falou, virão para deliberação aqui. Eu pautei hoje nesta reunião essa apresentação e também já fazer um compromisso com este Conselho de pensarmos em algumas etapas e apresentar para vocês de como o trabalho está indo. Isso é muito importante, isso é política ambiental, de fato, ouvir o Conselho sempre é muito importante. E quando tivermos, por exemplo, termo de referência sobre saneamento, vamos buscar a Abes, pedir ajuda para ouvir especialistas, fazer workshops, porque nós queremos, para além da consultoria, ter a visão também de outros atores para construirmos os melhores produtos, sejam normativos, sejam termos de referência.”

9) SELO VERDE. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF). Raoni Rajão, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, fez apresentação sobre as iniciativas “Selo Verde e CAR 2.0: ciência aplicada à otimização da gestão ambiental em Minas Gerais”. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foram registradas as manifestações a seguir. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Primeiramente, parabenizar pela apresentação. Por mais coincidência que pareça, hoje até apareceu uma situação engraçada, que nos procurou, nos ligou, que foi exatamente um empreendedor que é próximo nosso aqui, familiar, que teve um bloqueio na venda de um gado. Eu não entendi muito bem, e ele falou que era referente à avaliação do CAR. Foi prejudicial a ele, mas eu fiquei feliz que a avaliação do CAR está sendo feita até por empresas privadas. Então eu acho que uma certificação como essa traz a possibilidade de o empreendedor se avaliar. Eu acho que

1124 vai trazer essa possibilidade e gostaria de confirmar isso com a equipe se essa
1125 plataforma de autoavaliação será disponibilizada também para os empreendedores ou
1126 se será somente na esfera técnica que poderão ter acesso a essa avaliação. E por meio
1127 de link em site online ou se vai ter um modo *offline* também para fazer consulta ou
1128 alguma coisa nesse sentido. Aqui na minha cidade está acontecendo um fato muito
1129 curioso, onde o cartório local está exigindo que sejam elaborados os Cadastros
1130 Ambientais Rurais por matrícula, por gleba. O que isso está trazendo? Está trazendo
1131 vários empreendimentos desmembrando o Cadastro Ambiental Rural exatamente
1132 para cumprir as exigências do cartório. Isso aconteceu comigo. Eu tenho uma
1133 chacinha que é meio hectare e tive que fazer esse desmembramento do CAR. Aí ficam
1134 vários problemas por gleba. Se você pega uma área pequenininha, muitas vezes, não
1135 tem a reserva legal exigida, muitas vezes, não tem as delimitações previstas em lei.
1136 Isso traz um problema. Seria possível o Estado fazer uma manifestação? Uma
1137 manifestação pública dizendo que o Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta da
1138 Semad. Eu, Tobias, sei disso, mas aqueles que trabalham com georreferenciamento,
1139 que estão desmembrando o CAR para entregar para o cartório, muitas vezes,
1140 questionam isso. Talvez se tivesse uma manifestação clara dizendo que o CAR é uma
1141 ferramenta da Semad, utilizada por empreendimento, de uma forma bem evidente,
1142 para que isso não se repita. Eu estou vendo isso acontecer muito em Paracatu, e isso
1143 prejudica, e o empreendedor acaba por juntar o CAR novamente somente no
1144 momento de solicitar um desmate ou uma renovação de outorga. Se houvesse a
1145 possibilidade de criar um documento e divulgar, acho que facilita muito o
1146 entendimento dos que trabalham com geo para aqueles que realmente precisam do
1147 CAR, que são aqueles empreendedores que precisam do seu CAR bonitinho.” Mariana
1148 Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Conselheiro, sobre essa questão do CAR, eu acho
1149 que não haveria necessidade de uma manifestação formal do órgão, porque isso já
1150 está posto na legislação. O CAR já é regulamentado por uma instrução normativa, tem
1151 os seus responsáveis pela gestão, o IEF hoje é o gestor estadual do CAR no Estado, e
1152 dentro da instrução normativa tem um artigo que fala sobre essa questão dos
1153 cartórios. Não existe o cadastro por matrícula. Então eu não vejo essa necessidade. Se
1154 você quiser, até posso mandar um e-mail, porque realmente recebemos muitas
1155 solicitações e reclamações por parte dos cartórios por causa dessa exigência da
1156 inscrição por matrícula. Mas isso já é posto na instrução normativa do CAR. Então eu
1157 acho que até para mostrar. Nós sempre orientamos o cartório sobre a instrução
1158 normativa justamente porque muitos fazem a retificação para atender o cartório, e o
1159 problema depois volta para a gente que é do órgão ambiental. Ele está fazendo a
1160 inscrição em desacordo ao conceito de imóvel rural, e aí nós vamos ter que analisar
1161 isso depois. Se você quiser, entre em contato com a gente. Nós temos um canal
1162 próprio do Cadastro Ambiental Rural, que é o ‘duv.sicarmg’, que respondemos

1163 diariamente essas informações. E todas as vezes que chega esse tipo de manifestação
1164 de cartório, nós colocamos essa questão que já está posta na legislação.” Conselheiro
1165 Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Se possível, me encaminhe o e-mail no chat, a
1166 gente troca uma figurinha por ali, eu divulgo esse material, e talvez fica mais fácil.”
1167 Raoni Rajão/UFMG: “Conselheiro Tobias, obrigado pela pergunta. Vale primeiro um
1168 esclarecimento, que hoje poucos produtores sabem, mas toda vez que o produtor, em
1169 todo o Brasil, vende o gado para os frigoríficos de porte médio e, principalmente, os
1170 grandes, o Cadastramento Ambiental Rural dele já é submetido a uma análise por uma
1171 empresa privada. E às vezes o produtor, como no caso citado por esse produtor que
1172 você comentou, tem negado a venda e nem sabe o motivo. Ou seja, existe um
1173 problema de assimetria de informação. E um dos objetivos do Selo Verde é
1174 exatamente isso, já fornecer gratuitamente aquilo de modo tal para o produtor poder
1175 ter, de certa forma, o mesmo tipo de visão que o frigorífico ambientalmente vai ter. E
1176 esse dado, no caso, da estrutura do Pará, também é distribuído para as empresas
1177 privadas via API, então os grandes frigoríficos e as empresas de geo têm acesso a isso.
1178 Obviamente, sem os dados pessoais. Se pede o código, e retornam as informações. E
1179 também tem um módulo adicional, um sistema que foi desenvolvido pelo Ministério
1180 Público Federal no Pará e no Mato Grosso, que possibilita o produtor, através de um
1181 sistema que é desenvolvido por empresas privadas e que é autorizado pela Secretaria
1182 de Meio Ambiente, possa fazer uma análise daquele imóvel e iniciar o processo de
1183 restauração florestal e de regularização para fins de desbloqueio perante o TAC, o
1184 Termo de Ajuste de Conduta que os frigoríficos têm assinado nesses Estados. Isso
1185 enquanto, por exemplo, o Estado faz a análise. É claro, se o produtor depois deixa de
1186 responder a análise do Estado, essa autorização temporária cai. Mas o fato é que
1187 existem ali também mecanismos que buscam acelerar isso. E a discussão sobre esses
1188 processos, inclusive para trazer essas experiências de outros Estados, é um dos
1189 objetivos da nossa colaboração.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu
1190 estou aqui em nome do nosso presidente. Ele tem uma agenda externa, mas ouviu o
1191 início da apresentação com muita atenção e pediu para repassar as informações do
1192 restante da reunião, dessa pauta, inclusive, demonstrando muita preocupação em
1193 relação à sustentabilidade das propriedades rurais. Esse é um dos papéis da Federação,
1194 levar a sustentabilidade e condições para que se alcance a sustentabilidade das
1195 propriedades rurais, daquelas que ainda não a têm. Nós temos um Estado, como já foi
1196 dito pelo professor Raoni Rajão e pela secretária Marília, com a maioria das
1197 propriedades de pequeno porte, mas temos também o médio produtor rural e o
1198 grande. Aqui na Faemg nós representamos os interesses de todos esses produtores da
1199 base de Minas Gerais, onde temos vários exemplos de tecnologias, de capacitações,
1200 de atuação na ponta. O que não ficou muito claro foram alguns processos em relação
1201 ao CAR 2.0 e o Selo Verde. Mas, de antemão, eu já adianto aqui, até é uma pergunta

também do nosso presidente. A Faemg gostaria de saber mais detalhes, de estar mais envolvida, mais por dentro desses meandros desses processos, como que serão essas questões, para que possamos ou não recomendar o uso dessas ferramentas. Nós temos uma base muito grande de produtores rurais e prezamos pela aplicação do Código Florestal e pela segurança jurídica das atividades nas propriedades rurais. Dessa forma, gostaríamos de ter mais informação e uma interação mais próxima com a Semad, o IEF, a Seapa nas tratativas, nas metodologias, nos processos que envolvem o CAR 2.0 e o Selo Verde. Não só como receptores das ferramentas na ponta simplesmente para aplicação. Gostaríamos de estar envolvidos na construção e nos processos para que tenhamos a segurança de transmitir isso ou não aos nossos produtores rurais. Mas estamos, sim, imbuídos nessa questão da sustentabilidade no meio rural, como a própria secretária afirmou, em que Minas lidera e muito em relação ao restante do Brasil, e o Brasil em relação ao mundo na nossa agricultura sustentável.”

Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Eu gostaria de perguntar ao Raoni. Se eu entendi bem, ele disse que somente 3% das propriedades rurais de Minas têm déficit de reserva legal. Se eu entendi bem, qual é a base de dados para esse tipo de estimativa ser feito?”

Raoni Rajão/UFMG: “Respondendo a questão técnica de como o dado foi derivado, nós analisamos os cerca de 900 mil imóveis, individualmente, considerando o uso da terra. No caso, como é uma análise preliminar, utilizamos o MapBiomas para poder representar o uso da terra em 2008, e aplicamos as supressões do Código Florestal; e no caso do Cerrado aplicamos o desmatamento, no caso, do Prodes. Então é basicamente essa, em poucas palavras, a metodologia que nos fez chegar a esses resultados, que são preliminares. Porque um dos desafios principais do estudo vai ser exatamente gerar um mapa de alta resolução que represente o uso consolidado em 2008. Nós já temos um caminho traçado, inclusive com imagens Spot, que são com 5 m de resolução. Nós já temos acesso às imagens. Agora da imagem bruta até o mapa existe um caminho longo a ser percorrido, e nós estamos já trabalhando nessa direção, inclusive, em cooperação com o Inpe, entre outras instituições. Tenho certeza que essa é a posição do Estado, da sua Secretaria de Meio Ambiente, mas também da de Agricultura, e aproveito e coloco também a Universidade Federal de Minas Gerais à disposição da Faemg, porque nós entendemos que é através de diálogo e através do processo construtivo que a gente consegue chegar a um resultado efetivo. Porque no final das contas, inclusive, vale a pena reenfatizar que a filosofia de todo esse projeto realmente é gerar zero trabalho adicional para o produtor rural. É um sistema que apoia a atuação do governo na aplicação das regras já existentes e com isso facilita a determinação dos produtores que já estão efetivamente regulares perante o Código Florestal. Essa é, de certa forma, uma das filosofias principais, exatamente porque nós entendemos que o produtor já tem uma carga de trabalho muito grande, já tem que responder ao PRA, já tem que

emitir as guias para poder movimentar o gado, para poder vender. Ou seja, não faria sentido impor a ele um trabalho adicional. O xis da questão é que como nós podemos otimizar o trabalho da porta do governo para dentro e com isso dar uma resposta mais efetiva para a sociedade.” Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Raoni, quando você fala que o objetivo é não impor mais ônus e dificuldades aos proprietários rurais, você inclui nesse conceito, inclusive, os grandes latifúndios, as empresas do agronegócio associadas tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas?” Raoni Rajão/UFMG: “A ideia é não ter um ônus adicional, é ter o ônus que é necessário perante a legislação vigente. O ponto é: se você tem uma situação onde não foi verificado um déficit ambiental, exigir o redesenho de certas feições daquele cadastro, sendo que aquilo não vai gerar uma árvore a mais plantada no chão, não vai melhorar a qualidade da água, simplesmente vai gerar um custo, não faz sentido. Agora por outro lado, aquele produtor que tem um déficit, que não tem a reserva legal que deveria ter, que a APP dele está degradada, a partir do momento, inclusive, que você acelera e tira da fila aqueles que não têm déficit, você também possibilita ao Estado, de fato, monitorar e cobrar aqueles que têm déficit. Então ao você otimizar a atuação do Estado você tem também uma melhoria da qualidade ambiental, que é, obviamente, o objetivo da implementação do Código Florestal e do funcionamento e da atuação do governo nessa agenda. Essa é a filosofia pelo menos enquanto pesquisa, enquanto aconselhamento aqui nesse processo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, professor. Eu queria mais uma vez agradecer a sua parceria, a sua participação aqui hoje no Copam. Para nós é uma honra fortalecer a cada dia esses vínculos com você e a equipe da UFMG em que você participa, para que possamos dar efetividade às políticas públicas ambientais, especialmente aquelas que trazem resultados práticos do ponto de vista da implementação da Política de Mudanças Climáticas no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada, professor Raoni.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental